

Tradução



O LABIRINTO DO RELATIVISMO MORAL

Paul Boghossian¹

Tradução de Janos Biro²

¹ Paul Boghossian é Professor de Filosofia da New York University. Ele é o autor de *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*, *Content and Justification: Philosophical Papers*, e co-editor do *New Essays on the A Priori*, todos da Oxford University Press. Seu trabalho pode ser encontrado em seu site <http://as.nyu.edu/object/paulboghossian.html>.

² Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás.

O relativismo em relação à moralidade tem desempenhado um papel cada vez mais importante na cultura contemporânea. Para muitas pessoas sensatas, e especialmente para aquelas que não estão dispostas a derivar sua moral de uma religião, ele parece inevitável. De onde viriam fatos absolutos sobre o certo e o errado, pensam eles, se não há um ser supremo para decretá-los? Devemos rejeitar absolutos morais, mesmo enquanto mantemos nossas convicções morais, considerando que pode haver certo e errado em relação a este ou aquele código moral, mas não o certo e o errado por si. (Veja, por exemplo, Stanley Fish, 2001, op-ed, “Condenação sem absolutos”)³.

É plausível responder à rejeição de fatos morais absolutos com uma visão relativista da moral? Por que a nossa resposta não deveria ser mais um extremo, niilista, segundo a qual nós paramos por completo de usar termos normativos como “certo” e “errado”, seja em suas formas absolutistas ou relativistas?

Relativismo não é sempre uma maneira coerente de responder à

³ Ter uma posição filosófica precisa sobre alguém, especialmente um não-filósofo, é sempre complicado, porque as pessoas tendem a dar formulações não-equivalentes daquilo que consideram ser a mesma opinião. Fish, por exemplo, depois de dizer que sua visão é que “não pode haver padrões independentes para determinar qual das muitas interpretações rivais de um evento é a verdadeira”, que soa apropriadamente relativista, acaba afirmando que tudo o que ele pretende defender é “a prática de se colocar nos sapatos do seu adversário, não a fim de usá-los como seus próprios, mas para ter alguma compreensão (muito aquém da aprovação) da razão pela qual alguém pode querer usá-los.” Esta última, porém, é apenas a recomendação de compreensão empática e é, é claro, tanto um bom conselho quanto perfeitamente consistente com o endosso de absolutos morais.

Outro ponto de vista com o qual o relativismo moral é muitas vezes confundido é a visão de que a coisa certa a fazer pode depender das circunstâncias. Não há dúvida de que a coisa certa a fazer pode depender das circunstâncias, até mesmo em uma visão absolutista. Se você deve ajudar alguém em necessidade pode depender de quais sejam suas circunstâncias, quais são as circunstâncias dos outros, e assim por diante. O que faz uma visão relativista é a sua posição que a coisa certa a fazer não depende apenas das circunstâncias, mas no que a pessoa (ou sua comunidade) tem por coisa certa a fazer, em seu código moral.

Nesta coluna, eu só estou preocupado com aqueles que desejam negar que existam quaisquer verdades morais absolutas nesse sentido. Se essa não é a sua opinião, então você não é o alvo desta discussão em particular.

rejeição de certa classe de fatos. Quando decidimos que não havia coisas como as bruxas, nós não nos tornamos relativistas sobre elas. Ao invés disso, nós simplesmente desistimos de falar de bruxas completamente, exceto como meio de caracterizar as atitudes das pessoas (como as de Salém) que erroneamente acreditavam que o mundo continha bruxas, ou como meio de caracterizar aquilo que as crianças acham divertido fingir ser no Halloween. Nós nos tornamos o que podemos chamar de “eliminativistas” em relação às bruxas.

Por outro lado, quando Einstein nos ensinou em sua Teoria da Relatividade Especial que não havia algo como a simultaneidade absoluta de dois eventos, o resultado recomendado foi que nos tornássemos relativistas sobre a simultaneidade, permitindo que haja algo como a “simultaneidade relativa a uma estrutura (espaço-temporal) de referência”, mas não a simultaneidade como tal.

Qual é a diferença entre os casos das bruxas e da simultaneidade? Por que a rejeição do último leva ao relativismo e a rejeição do primeiro ao eliminativismo?

No caso da simultaneidade, Einstein mostrou que enquanto o mundo não contém simultaneidade como tal, ele contém seu primo relativista - simultaneidade em relação a uma estrutura de referência - uma propriedade que desempenha como que o mesmo tipo de papel que simultaneidade clássica desempenhava em nossa teoria do mundo.

Ao contrário, no caso das bruxas, uma vez que desistamos delas, não há nenhum primo relativista que desempenha algo como o papel que as bruxas supostamente desempenhavam. A propriedade que dois eventos podem ter, de “serem simultâneos em relação à estrutura de referência F”, é reconhecidamente uma espécie de simultaneidade. Mas a propriedade de “ser uma bruxa de acordo com um sistema de crenças T” não é uma espécie de bruxa, mas uma espécie de conteúdo (o conteúdo do sistema de crenças T): é uma maneira de caracterizar o que o sistema de crenças T diz, não uma maneira de caracterizar o mundo.

Agora, a questão é: o caso moral é mais parecido com o da simultaneidade ou mais como o das bruxas? Quando rejeitamos os fatos morais absolutos, o relativismo moral é o resultado correto ou é o eliminativismo moral (niilismo)?

A resposta, como vimos, depende da existência de primos relativistas do “certo” e do “errado”, que podem desempenhar algo como o mesmo papel que o “certo” e o “errado” absolutos desempenhavam.

É difícil ver o que eles poderiam ser.

O que é essencial ao “certo” e ao “errado” é que eles são termos normativos, termos que são usados para dizer como as coisas deveriam ser, em contraste com a forma como as coisas realmente são. Mas que primo relativista do “certo” e do “errado” poderia desempenhar qualquer coisa como um papel normativo?

A maioria dos relativistas morais diz que o certo e o errado moral devem ser relativizados ao “código moral” de uma comunidade. De acordo com alguns desses códigos, comer carne é permitido. De acordo com outros, é uma abominação e nunca deve ser permitido. A proposta relativista é que nunca devemos falar simplesmente sobre o que é certo ou errado, mas apenas sobre o que é “certo ou errado em relação a um determinado código moral”.

O problema é que, enquanto “Comer carne bovina é errado” é claramente uma afirmação normativa, “Comer carne bovina é errado relativamente ao código moral dos Hindus” é apenas uma observação descritiva que não carrega nenhum significado normativo. É apenas uma maneira de caracterizar o que é reivindicado por um código moral particular, o dos Hindus. Podemos ver isso pelo fato de que qualquer pessoa, independentemente de suas opiniões a respeito de comer carne, pode concordar que comer carne é errado em relação ao código moral dos hindus. Assim, parece que o caso moral é mais parecido com o caso das bruxas do que o caso da simultaneidade: Não há primos relativistas

do “certo” e do “errado”. A negação do absolutismo moral leva não ao relativismo, mas ao niilismo⁴.

Não há meio-termo chamado de “relativismo moral”, em que continuamos a usar o vocabulário normativo com a estipulação de que é para ser entendido como relativo a determinados códigos morais. Se não há fatos absolutos sobre a moralidade, “certo” e “errado” teriam que se juntar à “bruxa” na lata de lixo de conceitos que falharam.

O argumento é significativo, porque mostra que não devemos nos apressar a desistir dos fatos morais absolutos, misteriosos como eles às vezes podem parecer, pois o mundo pode parecer ainda mais misterioso sem qualquer vocabulário normativo.

Pode-se suspeitar do meu argumento contra o relativismo moral. Não estamos familiarizados com alguns domínios normativos - como o da etiqueta - sobre o qual somos todos relativistas? Certamente, ninguém em seu juízo perfeito pensaria que existe algum fato absoluto sobre a questão de se devemos sugar (slurp) nosso macarrão, enquanto o comemos.

Se estamos jantando no Palácio de Buckingham, não devemos sugar, uma vez que nossos anfitriões considerariam isso ofensivo; e não devemos, de igual modo, ofender nossos anfitriões. Por outro lado, se formos jantar em Xian, na China, temos de sugar, já que sugar em Xian é considerado um sinal de que estamos desfrutando a nossa refeição. Nossos anfitriões considerariam ofensivo se não sugássemos, e não devemos, de igual modo, ofender nossos anfitriões.

Mas se o relativismo é coerente no caso da etiqueta, por que não poderíamos afirmar que a moralidade é relativa do mesmo modo?

A razão é que o nosso relativismo sobre etiqueta na verdade não

⁴ Alguns filósofos podem pensar que eles podem fugir desse problema lançando o relativismo em termos de um predicado de verdade relativizada ao invés de um predicado de moral relativizada. Mas como já expliquei em outro lugar, o problema da perda de conteúdo normativo se repete nesse cenário.

dispensa todos os fatos morais absolutos. Pelo contrário, somos relativistas sobre a etiqueta no sentido de que, com relação a uma gama restrita de problemas (como modos à mesa e saudações), tomamos a norma absoluta correta como “não devemos, de igual modo, ofender nossos anfitriões”.

Esta norma é absoluta e se aplica a todos, em todos os tempos. Seu sabor relativista vem do fato de que, com relação a uma gama limitada de comportamentos (maneiras à mesa e saudações, mas não, digamos, o abuso de crianças por diversão), defende a variação de comportamento de acordo com a convenção local.

Em outras palavras, o relativismo de etiqueta depende da existência de normas morais absolutas. Uma vez que a etiqueta não dispensa fatos morais absolutos, não se pode esperar usá-la como um modelo para o relativismo moral.

Suponha que nós consideremos este ponto em questão e admitamos que deva haver alguns fatos morais absolutos. Por que não poderiam ser todos como os fatos envolvidos na etiqueta? Por que não poderíamos todos dizer que, em relação a qualquer questão moralmente relevante, o que devemos fazer depende das convenções locais?

O problema dessa abordagem é que, uma vez que tenhamos admitido que existam alguns fatos morais absolutos, é difícil ver por que não devemos pensar que existam muitos - tantos quanto o senso comum e o raciocínio ordinário parecem ordenar. Tendo desistido da pureza de um profundo antiabsolutismo, estaríamos agora no trabalho de tentar descobrir que fatos morais absolutos existem. Para fazer isso, seria preciso empregar nossa habitual combinação de argumento, intuição e experiência. E o que o argumento, a intuição e a experiência nos dizem é que saber se devemos sugar nosso macarrão depende de quais sejam as convenções locais, mas saber se devemos abusar de crianças por diversão não depende das convenções locais.

Um pretenso relativista moral precisa decidir se sua visão concede a

existência de alguns fatos morais absolutos ou se concede a um relativismo puro, livre de qualquer compromisso com absolutos. A última posição, eu argumentei, é mero niilismo, enquanto a primeira leva-nos para fora do relativismo e de volta para a busca da moral absoluta.

Nada disto significa negar que existam casos difíceis, nos quais não é fácil ver qual a resposta correta para uma questão moral. É apenas para enfatizar que não parece haver nenhuma boa alternativa para pensar que, quando estamos em uma confusão sobre qual é a resposta para uma difícil pergunta moral, estamos em uma confusão sobre qual é a resposta absolutamente correta.